

Contas Consolidadas



Prestação de Contas 2015



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

CONTAS CONSOLIDADAS 2015

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	5
2. BALANÇO CONSOLIDADO	19
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	25
4. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	29
5. ANEXO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS	33

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	53
---------------------------------------	-----------

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



1. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) e a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho (orientação genérica relativa à consolidação de contas no sector público), elaborou-se o seguinte relatório cujo objetivo é apresentar as contas do Município integradas com as contas das entidades participadas e que compõem o perímetro de consolidação, de forma a demonstrar os resultados do grupo CMS e a constituição do seu património, passivo e situação líquida.

As entidades que constituem o perímetro de consolidação do Grupo CMS são a HPEM, EEM - sociedade em liquidação (adiante, HPEM), a EDUCA EEM - sociedade em liquidação (adiante, EDUCA), a SINTRA QUORUM, EEM - sociedade em liquidação (adiante, SINTRA QUORUM) e a EMES, EM, SA (adiante, EMES), integradas de acordo com o método integral total, e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (adiante, SMAS), através da simples agregação.

No que concerne às empresas municipais importa destacar a prorrogação do prazo de liquidação, por um período máximo de um ano, das empresas HPEM e EDUCA, atendendo ao facto de se encontrarem, ainda, a decorrer procedimentos administrativos relacionados com a internalização, nomeadamente a integração dos funcionários nos quadros do Município e dos SMAS, perspetivando-se o termo da sua liquidação no primeiro semestre de 2016.

A internalização destas duas empresas repercutiu-se pela primeira vez ao longo de um ano inteiro, ao qual acresceu o efeito da internalização da SINTRA QUORUM, com reflexos no mesmo período, na sequência do processo de liquidação desta empresa, resultante das deliberações dos órgãos municipais no final de 2014.

Ainda relativamente à liquidação da SINTRA QUORUM, de referir que a internalização das atividades relativas à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra (EPRPS), ocorreu apenas no final do segundo semestre de 2015, na sequência da alteração do regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, e por conseguinte do regime jurídico das autarquias locais, que a partir de julho de 2015 veio permitir aos municípios a gestão de escolas profissionais.

Ao nível dos SMAS, de realçar que o Município de Sintra passou a financiar a gestão e manutenção do sistema municipal de drenagem de águas pluviais, ao abrigo do protocolo celebrado em 2014, com os serviços municipalizados, em cumprimento com a recomendação da ERSAR, que exclui do tarifário a praticar pelos serviços municipalizados a possibilidade de financiar os custos associados a esta atividade.

2. APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. HPEM

A empresa encontra-se em processo de liquidação na sequência das deliberações dos órgãos municipais de 21 e 28 de fevereiro de 2014, tendo sido internalizadas as atividades desenvolvidas, nomeadamente a limpeza urbana, no Município de Sintra, e a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, nos SMAS.

O processo de liquidação foi prorrogado pelo prazo máximo de um ano, na sequência da deliberação do Executivo Camarário de 12 de maio de 2015, atendendo a que se encontravam a decorrer os procedimentos necessários relativos à integração dos funcionários nos quadros do Município e SMAS, conforme preconizado no plano de internalização.

2.2. EDUCA

A empresa encontra-se em processo de liquidação na sequência das deliberações dos órgãos municipais de 21 e 28 de fevereiro de 2014, tendo sido internalizadas no Município de Sintra as atividades desenvolvidas, nomeadamente o funcionamento do ensino pré-escolar e escolar públicos, a construção, manutenção e conservação do respetivo parque escolar, a gestão de refeitórios escolares, a gestão dos transportes escolares, bem como o funcionamento, manutenção e conservação de equipamentos desportivos municipais.

O processo de liquidação foi prorrogado, igualmente, pelo prazo máximo de um ano, na sequência da deliberação do Executivo Camarário de 9 de junho de 2015, atendendo a que se encontravam a decorrer os procedimentos necessários relativos à integração dos funcionários nos quadros do Município, conforme preconizado no plano de internalização.

2.3. SINTRA QUORUM

O processo de reestruturação do setor empresarial local aprovado pelos órgãos municipais em 21 e 28 de fevereiro de 2014, incluiu, ainda, a integração e internalização no Município da atividade desenvolvida no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, sob gestão da SINTRA QUORUM

Posteriormente, a empresa entrou em processo de liquidação, conforme deliberações dos órgãos municipais de 18 e 25 de novembro de 2015, tendo sido internalizadas no Município de Sintra as atividades desenvolvidas ao nível da exploração do Centro Cultural Olga Cadaval.

Este processo ficou concluído com a internalização das atividades relativas à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra (EPRPS), ocorrida no final do segundo semestre de 2015, face à alteração do regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, que permitiu aos municípios a gestão de escolas profissionais.

2.4. EMES

A atividade desenvolvida pela empresa, de acordo com o objeto estatutário da EMES, compreende a instalação e gestão dos sistemas de estacionamento público urbano pago à superfície no Concelho de Sintra, nos termos e condições a definir pelo Município.

Poderá exercer, acessoriamente, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração e ou promoção de estudos e projetos de ordenamento de áreas de estacionamento, bem como proceder à realização das respetivas obras.

Assim, a empresa presta um serviço público de regulação do estacionamento no Concelho de Sintra, por forma a garantir a rotatividade necessária nos espaços urbanos de maior afluência e onde se encontram localizados o comércio e serviços.

2.5. SMAS

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Sintra são um serviço público de interesse local e têm como fim a satisfação, de um modo integral, das necessidades coletivas da população do concelho no âmbito das suas atribuições, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Captação, adução, tratamento e distribuição de água para consumo público;
- b) Construção, ampliação, manutenção e gestão do sistema de abastecimento de água para consumo público;
- c) Recolha, drenagem, tratamento e destino final das águas residuais urbanas;
- d) Construção, ampliação, manutenção e gestão do sistema de drenagem de águas residuais urbanas;
- e) Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino adequado

Assim, fixa taxas, tarifas e preços a cobrar, de modo a que sejam cobertos os gastos de exploração e de administração dos sistemas a seu cargo, constituindo reservas necessárias para a cobertura de despesas de capital com o fim de assegurar investimentos futuros, indispensáveis ao desenvolvimento, ampliação e renovação desses mesmos sistemas.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

3.1. HPEM

A empresa apresentou um resultado líquido negativo de 306,8 mil euros, decorrente do conjunto de operações relacionadas com o processo de liquidação o qual se encontra a terminar.

Os gastos ascenderam a 428,8 mil euros e respeitam, sobretudo, a pequenos encargos de funcionamento, registados ao nível dos fornecimentos e serviços externos (141 mil euros), indemnizações ao pessoal (57,3 mil euros) e provisões do exercício relativas ao reforço no âmbito do processo de juros de mora reclamados pela SUMA (200,6 mil euros).

Os rendimentos ascenderam a 122 mil euros, os quais corresponderam, substancialmente, à reversão de imparidades (71,2 mil euros) e à recuperação de dívidas (43,5 mil euros).

O ativo da empresa totalizou 863,7 mil euros, sendo constituído unicamente por ativos correntes, principalmente, por disponibilidades (620 mil euros), as quais representam 72% do total do ativo, estando relacionadas substancialmente com o reembolso do IVA. Os restantes ativos correspondem ao valor líquido da dívida relativa à tarifa de rsu's faturada aos municípios (173,9 mil euros) e a pagamentos especiais por conta (69,2 mil euros), passíveis de reembolso aquando do encerramento da empresa.

Em relação ao passivo, este ascendeu a 5,6 milhões de euros, destacando-se a dívida e respetivos juros de mora reclamados pela SUMA, reconhecidos ao nível dos fornecedores (1,4 milhões de euros) e das provisões (1,5 milhões de euros), respetivamente. De salientar, ainda, o valor líquido das operações relacionadas com a internalização (2,6 milhões de euros), respeitante a valores a favor do Município e dos SMAS.

3.2. EDUCA

A empresa apresentou um resultado líquido negativo de 14,9 mil euros, consequência do efeito das operações efetuadas no âmbito do processo de liquidação.

Os gastos ascenderam a 112,9 mil euros, correspondendo, sobretudo a fornecimentos e serviços externos (33,4 mil euros), nomeadamente, a prestações de serviços relacionadas com auditoria, assistência técnica e honorários, e gastos com o pessoal (59 mil euros), referentes a indemnizações no âmbito da cessação dos acordos de cedência de interesse público.

Os rendimentos totalizaram 98 mil euros, compreendendo, sobretudo, a anulações de provisões (92,6 mil euros).

O ativo da empresa ascendeu a 117,9 mil euros, incorporando, maioritariamente, os saldos das rubricas estado (65,1 mil euros), relacionado com o reembolso de crédito do IVA e pagamentos especiais por conta de IRC, os quais poderão ser devolvidos aquando do encerramento da empresa, e disponibilidades financeiras (44,1 mil euros).

O passivo totalizou 1,1 milhões de euros, salientando-se o saldo líquido a favor do Município, no âmbito das operações de internalização (836,7 mil euros), o qual representa 84% do passivo. Incluí, ainda, um saldo na rubrica de fornecedores (80,9 mil euros), relacionado essencialmente com comunicações, face à complexidade administrativa em transitar os contratos de comunicações para a esfera do município.

3.3. SINTRA QUORUM

A empresa apresentou um resultado líquido negativo de 662,2 mil euros, decorrente das operações de internalização e da atividade desenvolvida durante o ano relativamente ao Centro Cultural Olga de Cadaval e à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.

O total de gastos ascendeu a 866,4 mil euros, verificando-se uma redução de 1,2 milhões de euros, consequência da menor atividade da empresa, por via da internalização, sobretudo, dos equipamentos referidos, centrando-se os encargos ao nível dos fornecimentos e serviços externos (381,5 mil euros) e pessoal (431,9 mil euros).

Os rendimentos totalizaram 204,2 mil euros, registando-se uma redução de 1 milhão de euros justificada, igualmente, por via da internalização das atividades no decorrer do segundo semestre, e correspondem à prestação de serviços (135,5 mil euros), sobretudo do centro cultural, e subsídios à exploração (48,1 mil euros), relativos à escola.

O ativo ascendeu a 367,5 mil euros, verificando-se um aumento de 12,6 mil euros, incluiu 101,4 mil euros de ativos não correntes, relacionados, principalmente, com o imobilizado, e 266,2 mil euros de ativos correntes, sobretudo, disponibilidades (94,8 mil euros), clientes (78,7 mil euros) e outras contas a receber (43,7 mil euros).

O passivo totalizou 997,3 mil euros, registando-se um aumento de 103,6 mil euros, sendo constituído por uma dívida a fornecedores (118,8 mil euros) e outras contas a pagar (877,5 mil euros), referentes a valores a favor do Município no âmbito da internalização (549,6 mil euros) e a indemnizações a pagar aos funcionários não incluídos na internalização (97,6 mil euros).

3.4. EMES

A empresa apresentou um resultado líquido positivo de 114,5 mil euros, um valor superior em 15% ao registado no período homólogo.

Os gastos totalizaram 698,8 mil euros e respeitam, sobretudo, a despesas com pessoal (357,2 mil euros) e fornecimentos e serviços externos (238,4 mil euros), que em conjunto perfazem 85% do total. Em relação ao período homólogo, assistiu-se ao acréscimo da rubrica de fornecimento e serviços externos (+26,7 mil euros) e à diminuição da rubrica gastos com o pessoal (-29,9 mil euros).

Os rendimentos ascenderam a 813,3 mil euros e são constituídos, basicamente, pelo volume de negócios (790,1 mil euros), um nível idêntico ao registado no exercício de 2014.

O ativo totalizou 1,2 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 174,1 mil euros, justificado, essencialmente, pela rubrica de disponibilidades (+177,9 mil euros), as quais ascenderam a 944,3 mil euros e perfazem 78% do total do ativo.

O passivo da empresa ascendeu a 147,3 mil euros, registando-se um acréscimo de 51,4 mil euros relativamente ao ano anterior (+53%), centrado, principalmente, nas rubricas de fornecedores (+36,2 mil euros) e estado (+30,4 mil euros).

3.5. SMAS

O resultado líquido foi positivo em cerca de 1,3 milhões de euros, contrariamente ao resultado negativo verificado no exercício de 2014 face ao aumento dos proveitos.

Os gastos ascenderam a 64,5 milhões de euros, registando-se um aumento de 1,8 milhões de euros, consequência de um maior encargo nos fornecimentos e serviços externos (+2 milhões de euros) e no pessoal (+1,2 milhões de euros), resultante do efeito do primeiro ano completo da internalização da atividade de recolha e transporte de resíduos, anteriormente exercida pela HPEM. Inversamente, as amortizações e provisões diminuíram (-1 milhão de euros).

Os rendimentos totalizaram 65,8 milhões de euros, compreendendo, essencialmente, o volume de negócios (60,9 milhões de euros). Em relação ao ano anterior, verificou-se um aumento de 3,3 milhões de euros, relacionado com a prestação de serviços (+4,3 milhões de euros), resultado, igualmente, do processo da internalização, com um ano integral de receitas provenientes da tarifa de rsu's.

O ativo ascendeu a 101,8 milhões de euros, incorporando 72,4 milhões de euros de imobilizado corpóreo, sobretudo, edifícios e terrenos (62,9 milhões de euros). No ativo circulante, os saldos mais significativos respeitam às rubricas de disponibilidades financeiras (17 milhões de euros) e de utentes, relacionada com a dívida relativa ao consumo de água (6,9 milhões de euros).

O passivo totalizou 17,2 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 1 milhão de euros, e foi constituído, maioritariamente, por proveitos diferidos (9,3 milhões de euros), sendo a dívida a terceiros na ordem dos 2,9 milhões de euros (+723,1 mil euros).

4. ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

Neste ponto apresenta-se uma breve análise da entidade consolidada, salientando-se o facto de a mesma não resultar da soma das várias contas individuais das entidades consolidadas, porque num processo de consolidação de contas procedem-se a ajustamentos, que implicam a eliminação de saldos, nomeadamente as operações intra-grupo, destacando-se as participações financeiras, transferências e subsídios e fornecimentos e serviços externos intra-grupo.

4.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

BALANÇO CONSOLIDADO											
Rubrica	2015		2014		Δ	Rubrica	2015		2014		Δ
	€	%	€	%	%		€	%	€	%	%
Imobilizado						Fundos Próprios					
Bens do domínio público	264.915.832,67	30,94	204.872.344,54	24,09	29,31	Património	274.763.058,98	-	343.446.125,39	-	-20,00
Imobilizações incorpóreas	688.413,44	0,08	991.532,96	0,12	-30,57	Diferenças de consolidação	-262.041,61	-	-2.083.990,69	-	-87,43
Imobilizações corpóreas	402.327.132,38	46,99	477.495.279,46	56,14	-15,74	Reservas legais	15.473.246,32	-	14.248.938,76	-	8,59
Investimentos financeiros	88.101.520,86	10,29	74.570.346,67	8,77	18,15	Doações	34.870.920,98	-	34.524.920,98	-	1,00
Total	756.032.899,35		757.929.503,63		-0,25	Resultados decorrentes da transferência de ativos	30.988.527,00	-	40.539.374,70	-	-23,56
						Cedências	69.673.317,39		0,00		100,00
Circulante						Resultados transitados	254.974.249,78	-	227.116.449,79	-	12,27
Existências	2.371.412,70	0,28	2.372.568,00	0,28	-0,05	Resultado líquido do exercício	28.821.652,60	-	18.471.743,16	-	56,03
Dívidas de terceiros c/ prazo	11.187.007,85	1,31	13.215.896,26	1,55	-15,35	Total	709.302.931,44		676.263.562,09		-53,09
Depósitos em instituições financeiras	77.689.678,03	9,07	65.728.141,68	7,73	18,20						
						Interesses minoritários	0,00		0,00		-
Acréscimos e Diferimentos:											
Acréscimos de proveitos	8.832.357,95	1,03	11.191.853,15	1,32	-21,08	Passivo					
Custos diferidos	168.049,69	0,02	179.675,81	0,02	-6,47	Provisões	22.653.852,72	15,41	18.575.604,34	10,65	21,95
Total	100.248.506,22		92.688.134,90		8,16	Dívidas a terceiros m/l prazo	32.541.334,98	22,14	58.958.976,23	33,82	-44,81
						Dívidas a terceiros c/p prazo	17.437.415,60	11,86	20.740.881,99	11,90	-15,93
						Acréscimos e Diferimentos					
						Acréscimos de custos	11.868.157,08	8,07	11.906.989,90	6,83	-0,33
						Proveitos diferidos	62.477.713,75	42,51	64.171.623,98	36,81	-2,64
						Total	146.978.474,13	100,00	174.354.076,44	100,00	-41,75
Total Ativo	856.281.405,57	100,00	850.617.638,53	100,00	0,67	Total Capital Próprio Passivo	856.281.405,57	-	850.617.638,53	-	0,67

O balanço consolidado evidência um ativo líquido total de 856,3 milhões de euros, incorporando essencialmente, o ativo inscrito no balanço individual do Município de Sintra, enquanto entidade consolidante.

Comparativamente com o exercício de 2014, constata-se que o ativo do Grupo CMS aumentou 5,7 milhões de euros, consequência do efeito combinado do aumento do ativo circulante, em cerca de 7,6 milhões de euros, e da diminuição do imobilizado, no montante de 1,9 milhões de euros.

Ao nível da estrutura do ativo verifica-se uma continuidade da predominância dos ativos de natureza fixa no total do ativo (88,3% em 2015 e 89,1% em 2014).

O imobilizado apresenta variações significativas nas rubricas bens do domínio público, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, cujo efeito global foi pouco expressivo no total do ativo (-1,9 milhões de euros). Estas variações estiveram relacionadas principalmente com a correção contabilista resultante da análise ao inventário inicial de 2002, que implicou um ajustamento ao valor dos imobilizados corpóreos (-68,8 milhões de euros), e da inventariação de imobilizados decorrentes de processos de emissão de alvarás de loteamento entre 2000 e 2015, que valorizou os bens do domínio público (+69,5 milhões de euros), e, ainda, o reconhecimento contabilístico das unidades de participação do FAM, nos investimentos financeiros (+7,8 milhões de euros).

O ativo circulante somou 100,3 milhões de euros, integrando, fundamentalmente, disponibilidades financeiras (77,7 milhões de euros), provenientes, principalmente, dos meios financeiros disponíveis, quer no Município (59 milhões de euros), quer nos serviços municipalizados (17 milhões de euros). Incluiu, ainda, uma dívida a receber (11,2 milhões de euros), respeitantes, maioritariamente, ao valor registado nos SMAS (8,8 milhões de euros).

Os fundos próprios totalizaram 709,3 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de cerca de 33 milhões de euros em relação ao ano 2014, consequência do resultado líquido do exercício de 2015, no montante de 28,8 milhões de euros, e para o qual concorreu substancialmente o resultado alcançado pelo Município de Sintra (27,5 milhões de euros).

De registar, também, as alterações ocorridas na rubrica património (-68,7 milhões de euros) e cedências (+69,7 milhões de euros), com variações contrárias, relacionadas, basicamente, com as correções contabilísticas no imobilizado, referidas anteriormente.

O passivo somou 147 milhões de euros, verificando-se um desagravamento de 27,4 milhões de euros, face à diminuição do passivo individual do Município de Sintra (-27 milhões de euros), no âmbito da liquidação da dívida bancária, designadamente, a amortização integral do empréstimo assumido aquando da extinção da Cacém Polis, SA.

Ainda relativamente ao passivo, de registar que a dívida de médio e longo prazo (32,5 milhões de euros), corresponde, basicamente, aos valores a regularizar pelo Município de Sintra, por conta da dívida bancária e da subscrição das unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal.

Incluí, também, um saldo de 22,7 milhões de euros de provisões para riscos e encargos, para fazer face a diversos processos judiciais em curso (20,6 milhões de euros), dos quais 90% estão registados no balanço individual do Município de Sintra (18,6 milhões de euros), e para juros de mora (1,5 milhões de euros), registada na HPEM, no âmbito da dívida reclamada pela SUMA.

4.2. RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA										
Rubrica	2015		2014		Δ	Rubrica	2015		2014	
	€	%	€	%			€	%	€	%
Custos e perdas						Proveitos e ganhos				
Custo das merc. vend. e mat. cons.	15.059.219,34	7,82	14.844.427,92	7,71	1,45	Vendas e prestações de serviços	65.726.107,67	29,69	64.420.103,70	29,10
Fornecimentos e serviços externos	61.970.025,64	32,19	62.082.754,28	32,25	-0,18	Imposto e taxas	92.115.358,95	41,61	87.773.162,70	39,65
Transferências e Subsídios	15.169.496,52	7,88	14.686.289,15	7,63	3,29	Trabalho p/ própria entidade	751.173,16	0,34	643.443,35	0,29
Custos com pessoal	63.894.076,98	33,19	63.461.150,92	32,96	0,68	Proveitos suplementares	2.147,96	0,00	14.485,13	0,01
Amortizações	23.343.979,34	12,13	24.553.007,55	12,75	-4,92	Transferências e subsídios obtidos	46.863.158,79	21,17	47.805.629,14	21,59
Provisões	7.473.544,36	3,88	10.623.685,88	5,52	-29,65	Outros proveitos operacionais	780.188,35	0,35	903.043,36	0,41
Outros custos perdas operacionais	1.477.373,91	0,77	1.798.802,61	0,93	-17,87	Proveitos e ganhos financeiros	6.955.620,75	3,14	6.794.533,39	3,07
Custos e perdas financeiras	1.291.924,35	0,67	2.181.787,25	1,13	-40,79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.188.823,06	3,70	8.541.485,55	3,86
Custos e perdas extraordinárias	2.837.758,64	1,47	4.126.925,46	2,14	-31,24					
Total de custos	192.517.399,08	100,00	198.358.831,02	103,03	-2,94	Total de proveitos	221.382.578,69	100,00	216.895.886,32	97,97
Imposto sobre o rendimento	43.527,01		65.312,14		-33,36					
resultado operacional	17.850.418,79		9.509.749,07							
resultado financeiro	5.663.696,40		4.612.746,14							
resultado extraordinário	5.351.064,42		4.414.560,09							
resultado líquido do exercício	28.821.652,60		18.471.743,16							

No ano 2015, o Grupo CMS apresentou um resultado líquido positivo de 28,8 milhões de euros, constatando-se um acréscimo de 10,3 milhões de euros, face ao exercício 2014, para o qual contribuiu o aumento dos proveitos (+4,5 milhões de euros) e a redução dos custos (-5,8 milhões de euros).

Os custos totalizaram 192,5 milhões de euros, sendo que a diminuição referida está relacionada com a rubrica de provisões (-3,2 milhões de euros) e amortizações (-1,2 milhões de euros).

As rubricas com maior expressão, os fornecimentos e serviços externos (62 milhões de euros) e custos com pessoal (63,9 milhões de euros), totalizaram 65% dos custos, verificando-se no exercício de 2015, um encargo global relativamente idêntico ao período homólogo.

Os proveitos ascenderam a 221,4 milhões de euros, sendo constituídos, sobretudo, por impostos e taxas (92,1 milhões de euros), vendas e prestações de serviços (65,7 milhões de euros) e transferências e subsídios (46,9 milhões de euros).

Os impostos e taxas incorporaram 84,1 milhões de euros de impostos diretos do Município de Sintra, e que justificam, substancialmente, a variação positiva de 5,7 milhões de euros dos proveitos, nomeadamente, ao nível do IMT (+3,6 milhões de euros) e do IMI (+1,6 milhões de euros).

As vendas e prestações de serviços aumentaram 1,3 milhões de euros, estando relacionadas, sobretudo, com a atividade dos SMAS, relativamente ao consumo de água.

Relativamente às transferências e subsídios, respeita, sobretudo, ao valor registado individualmente no Município, relativo às transferências financeiras da Administração Central, por conta da participação nos impostos do Estado e, ainda, no âmbito da delegação de competências, verificando-se uma variação negativa de 942,5 mil euros.

4.3. INDICADORES

Indicadores Financeiros	2015	2014
fundo maneo (ativo circulante - passivo corrente)	70.943 m€	60.040 m€
autonomia financeira (fundos próprios / ativo)	83%	80%
solvabilidade (fundos próprios / passivo)	483%	388%
liquidez geral (ativo circulante / passivo corrente)	342%	284%
liquidez reduzida ((ativo circulante - existências) / passivo corrente)	334%	277%
cobertura do ativo imobilizado por capitais permanentes (ativo fixo / capital permanente)	91%	93%
peso ativo imobilizado no ativo total (ativo fixo / ativo total líquido)	88%	89%

Estrutura de Custos	2015	2014
custos com pessoal/total de custos	33%	32%
transferências e subsídios/total de custos	8%	7%
fse / total de custos	32%	31%
custos financeiros / total de custos	1%	1%

Indicadores Económicos	2015	2014
EBITDA (resultados operacionais + amortizações + provisões)	48.668 m€	44.686 m€
meios libertos brutos (resultado líquido exercício + amortizações + provisões)	59.639 m€	53.648 m€
rendibilidade dos fundos próprios (resultado líquido exercício / capital próprio)	4%	3%

4.4. ENDIVIDAMENTO

Unid: €

Descrição	cms	educa	hpem	sq	emes	smas	Total	Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	cms grupo
Dívida Médio/Longo Prazo	32.673.224,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.673.224,46	-131.889,48	32.541.334,98
Dívida Curto Prazo	13.735.375,27	946.379,25	4.160.669,86	810.084,88	67.630,24	2.884.458,31	22.604.597,81	-9.226.639,51	13.377.958,30
Total	46.408.599,73	946.379,25	4.160.669,86	810.084,88	67.630,24	2.884.458,31	55.277.822,27	-9.358.528,99	45.919.293,28

2. BALANÇO CONSOLIDADO



BALANÇO CONSOLIDADO ATIVO - 2015

Códigos das contas		Exercícios			
		2015			2014
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido
POCAL	Ativo				
	Imobilizado	1.060.507.814,07	-304.474.914,72	756.032.899,35	757.929.503,63
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	46.053.646,87		46.053.646,87	17.722.792,85
452	Edifícios	0,00	-80.735.743,97	-80.735.743,97	0,00
453	Outras construções / infra-estruturas	294.532.059,67		294.532.059,67	176.842.255,45
455	Bens património histórico e artístico	0,00	-27.161,91	-27.161,91	0,00
459	Outros bens do domínio público	520.872,38		520.872,38	498.796,36
445	Imobilizações em curso	4.572.159,63		4.572.159,63	9.808.499,88
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
		345.678.738,55	-80.762.905,88	264.915.832,67	204.872.344,54
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.329.157,79	-1.917.908,58	411.249,21	388.118,43
433	Propriedade industrial e outros direitos	414.387,72	-368.821,19	45.566,53	46.349,86
434	Imobilizações incorpóreas - Trespases	0,00		0,00	0,00
436	Benfeitorias	86.371,67	-86.371,67	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	231.597,70		231.597,70	557.064,67
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		3.061.514,88	-2.373.101,44	688.413,44	991.532,96
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	162.981.225,30	0,00	162.981.225,30	210.627.931,08
422	Edifícios e outras construções	370.194.283,14	-147.125.637,95	223.068.645,19	244.110.100,94
423	Equipamento básico	45.509.481,60	-39.067.976,49	6.441.505,11	5.968.833,88
424	Equipamento de transporte	8.981.215,28	-8.148.138,11	833.077,17	679.101,54
425	Ferramentas e utensílios	1.290.765,61	-1.241.584,09	49.181,52	47.964,55
426	Equipamento administrativo	19.398.445,62	-17.367.431,67	2.031.013,95	2.148.188,67
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2.524.711,75	-1.811.820,95	712.890,80	771.872,45
442	Imobilizações em curso	6.209.593,34		6.209.593,34	13.123.388,14
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	17.898,21
		617.089.721,64	-214.762.589,26	402.327.132,38	477.495.279,46
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	6.059.987,84	-5.000,00	6.054.987,84	6.054.987,82
412	Obrigações e Títulos Participação	7.828.021,28		7.828.021,28	0,00
414	Investimentos em Imóveis	80.788.682,84	-6.571.318,14	74.217.364,70	68.514.825,61
415	Outras aplicações financeiras	1.147,04		1.147,04	533,24
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		94.677.839,00	-6.576.318,14	88.101.520,86	74.570.346,67
	Circulante	126.822.555,89	-35.574.457,31	91.248.098,58	81.316.605,94
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.153.166,82		2.153.166,82	2.139.249,96
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	218.245,88		218.245,88	233.318,04
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		2.371.412,70	0,00	2.371.412,70	2.372.568,00
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes, c/c	6.777.095,97	0,00	6.777.095,97	9.128.980,77
212	Contribuintes, c/c	581.651,46	0,00	581.651,46	0,00
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes de cobrança duvidosa	35.894.608,46	-35.574.457,31	320.151,15	65.120,37
251	Devedores execução orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	43.197,84
24	Estado e outros entes públicos	142.241,55	0,00	142.241,55	796.461,71
262+263+267+268	Outros devedores	3.365.867,72	0,00	3.365.867,72	3.182.135,57
264	Administração Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		46.761.465,16	-35.574.457,31	11.187.007,85	13.215.896,26
	Títulos negociáveis				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	77.672.933,25	0,00	77.672.933,25	65.709.976,62
11	Caixa	16.744,78	0,00	16.744,78	18.165,06
		77.689.678,03	0,00	77.689.678,03	65.728.141,68
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	8.832.357,95	0,00	8.832.357,95	11.191.853,15
272	Custos diferidos	168.049,69	0,00	168.049,69	179.675,81
		9.000.407,64	0,00	9.000.407,64	11.371.528,96
	Total de amortizações		-304.469.914,72		
	Total de provisões		-35.579.457,31		
	Total do ativo	1.196.330.777,60	-340.049.372,03	856.281.405,57	850.617.638,53

BALANÇO CONSOLIDADO PASSIVO - 2015

		(Euros)	
Códigos das contas	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2015	2014
POCAL			
	Fundos Próprios		
51	Património	274.763.058,98	343.446.125,39
53	Prestações Suplementares	0,00	0,00
55	Ajustamento de partes de capital empresas	0,00	0,00
	DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO	-262.041,61	-2.083.990,69
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	15.473.246,32	14.248.938,76
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	34.870.920,98	34.524.920,98
577	Res. decorrentes transf. ativos	30.988.527,00	40.539.374,70
579	Cedências	69.673.317,39	0,00
59	Resultados transitados	254.974.249,78	227.116.449,79
	Subtotal	680.481.278,84	657.791.818,93
88	Resultado líquido do exercício	28.821.652,60	18.471.743,16
	Total dos fundos próprios	709.302.931,44	676.263.562,09
	Interesses Minoritários	0,00	0,00
	Passivo		
	Provisões		
29	Provisões para riscos e encargos	22.653.852,72	18.575.604,34
		22.653.852,72	18.575.604,34
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Empréstimos de MLP	26.949.891,70	58.958.976,23
26847	Outros credores Médio/Longo	5.591.443,28	0,00
		32.541.334,98	58.958.976,23
	Dividas a terceiros - Curto prazo		
231	Empréstimos de curto prazo	6.326.854,76	8.869.771,76
221	Fornecedores, c/c	4.753.437,22	5.585.710,32
223	Fornecedores, vendas dinheiro	0,00	0,00
228	Fornecedores, facturas recepção em conferência	176.889,43	267.380,47
252	Credores execução orçamental	0,00	0,00
217	Clientes e Utentes com cauções	36.584,32	36.704,53
219	Adiantamentos de clientes	112.384,94	113.810,76
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	18.043,25	113.937,71
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,00	0,00
2613	Retenções por fornecedores de imobilizado	542.444,73	869.540,67
2614	Fornecedores de imobilizado - Locação Financeira	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1.524.371,31	1.691.289,37
252+262+263+267+268	Outros credores	3.928.488,04	2.322.736,40
264	Administração Autárquica	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	17.917,60	870.000,00
		17.437.415,60	20.740.881,99
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	11.868.157,08	11.906.989,90
274	Proveitos diferidos	62.477.713,75	64.171.623,98
		74.345.870,83	76.078.613,88
	Total do passivo	146.978.474,13	174.354.076,44
	Total dos fundos próprios e do passivo	856.281.405,57	850.617.638,53

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - 2015

(Euros)											
Códigos das contas POCAL		Exercícios				Códigos das contas POCAL		Exercícios			
		2015		2014				2015		2014	
61	Custos e perdas					71	Proveitos e ganhos				
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						Vendas:				
	Mercadorias	13.246.880,07		13.303.163,68			Mercadorias	19.018.677,75		18.152.250,68	
	Matérias	1.812.339,27	15.059.219,34	1.541.264,24	14.844.427,92		Produtos	0,00		0,00	
62	Fornecimentos e serviços externos	61.970.025,64	61.970.025,64	62.082.754,28	62.082.754,28		Prestação de Serviços	46.707.429,92		46.267.853,02	
	Custos com o pessoal:					72	Impostos e Taxas	92.115.358,95	157.841.466,62	87.773.162,70	152.193.266,40
641+642	Remunerações	49.821.251,40		49.711.939,47			Variação de produção	0,00	0,00	0,00	0,00
	Encargos sociais:					75	Trabalhos para a própria entidade	751.173,16	751.173,16	643.443,35	643.443,35
643+644	Pensões					73	Proveitos suplementares	2.147,96		14.485,13	
645+649	Outros	14.072.825,58	63.894.076,98	13.749.211,45	63.461.150,92	74	Transferências e Subsídios	46.863.158,79		47.805.629,14	
66	Amortizações do imobilizado corpóreo	23.343.979,34		24.553.007,55		76	Outros proveitos e ganhos operacionais	780.188,35	47.645.495,10	903.043,36	48.723.157,63
67	Provisões	7.473.544,36	30.817.523,70	10.623.685,88	35.176.693,43		(B) Proveitos e ganhos operacionais		206.238.134,88		201.559.867,38
63	Transferências e Subsídios	15.169.496,52		14.686.289,15		78	Proveitos e ganhos financeiros	6.955.620,75	6.955.620,75	6.794.533,39	6.794.533,39
65	Outros custos e perdas operacionais	1.477.373,91	16.646.870,43	1.798.802,61	16.485.091,76		(D) Proveitos e ganhos correntes		213.193.755,63		208.354.400,77
	(A) Custos e perdas operacionais		188.387.716,09		192.050.118,31	79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.188.823,06	8.188.823,06	8.541.485,55	8.541.485,55
68	Custos e Perdas Financeiros	1.291.924,35	1.291.924,35	2.181.787,25	2.181.787,25		(F) Proveitos totais		221.382.578,69		216.895.886,32
	(C) Custos e perdas correntes		189.679.640,44		194.231.905,56	RESUMO:					
69	Custos e perdas extraordinários	2.837.758,64	2.837.758,64	4.126.925,46	4.126.925,46	Resultados operacionais (B) - (A) =		17.850.418,79		9.509.749,07	
	(E) Custos e perdas do exercício		192.517.399,08		198.358.831,02	Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		5.663.696,40		4.612.746,14	
86	Imposto sobre o Rendimento	43.527,01	43.527,01	65.312,14	65.312,14	Resultados correntes (D) - (C) =		23.514.115,19		14.122.495,21	
	Interesses Minoritários		0,00		0,00	Resultado líquido do exercício (F) - (E) =		28.821.652,60		18.471.743,16	
88	Resultado líquido do exercício	28.821.652,60	28.821.652,60	18.471.743,16	18.471.743,16						
			221.382.578,69		216.895.886,32						

4. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS





CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Largo Dr. Virgílio Horta - Edifício dos Paços do Concelho
2714 - 510 Sintra

MAPA FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 2015

RECEBIMENTOS	Exercícios		Pagamentos	Exercícios	
	2015	2014		2015	2014
<i>Saldo da Gerência Anterior Consolidado</i>	64.369.113,85	44.037.495,96	<i>Saldo da Gerência Anterior Consolidado</i>		
Execução Orçamental	58.905.474,41	38.535.101,53	Execução Orçamental		
Operações de Tesouraria	5.463.639,44	5.502.394,43	Operações de Tesouraria		
Total das Receitas Orçamentais	221.393.162,74	204.602.909,29	Total das Despesas Orçamentais	208.746.463,07	184.074.765,54
Receitas Correntes	217.992.134,57	198.217.459,49	Despesas Correntes	160.597.861,87	160.227.570,53
Receitas Capital	3.401.028,17	6.385.449,80	Despesas Capital	48.148.601,20	23.847.195,01
Operações de Tesouraria	73.578.928,07	73.743.957,95	Operações de Tesouraria	74.389.042,49	73.940.483,81
			Saldo para a Gerência Seguinte	76.205.699,10	64.369.113,85
			Execução Orçamental	71.552.174,08	59.063.245,28
			Operações de Tesouraria	4.653.525,02	5.305.868,57
TOTAL	359.341.204,66	322.384.363,20	TOTAL	359.341.204,66	322.384.363,20

Nota: Mapa elaborado apenas com os Serviços Municipalizados e Município

5. ANEXO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS



Introdução

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais prevê no n.º 1 do artigo 75.º que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”,* a submeter à apreciação do órgão deliberativo.

Nos termos do n.º 7 do artigo acima mencionado, os documentos de prestação de contas consolidadas, compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: balanço consolidado; demonstração consolidada dos resultados por natureza; mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; anexo às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e ainda o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza.

Nos termos do n.º 8 do referido artigo, acrescenta-se que *“os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo”.*

Conforme Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, através da qual é aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”,* torna-se obrigatório, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

No art.º 5.º da portaria acima mencionada, regime transitório, prevê-se que *“até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria”.*

Ainda que na Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, não estejam definidas as diretrizes referentes à elaboração do anexo ao balanço consolidado e à demonstração dos resultados consolidados, foram elaboradas as notas que se enquadram à realidade das Autarquias locais, tendo como base a nota 14 – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, do POC.

No contexto municipal, em reunião extraordinária do órgão executivo municipal de 21 de fevereiro e sessão de 28 de fevereiro de 2014 da Assembleia Municipal, foi aprovada a proposta n.º 139-P/2014,

que determinou a dissolução e liquidação das empresas municipais EDUCA, E.E.M. e HPEM, E.E.M., assim como a internalização das suas atividades e, ainda a internalização da atividade do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO).

No exercício de 2014, as empresas EDUCA, E.E.M. e HPEM, E.E.M. apresentaram-se já como entidades em liquidação, às quais se juntou a SINTRA QUORUM, E.E.M., com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, no âmbito da proposta n.º 908-P/2014, aprovada na reunião do executivo municipal de 18 de novembro e sessão de 25 de novembro da Assembleia Municipal.

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO	PRINCIPAL ACTIVIDADE	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
MS - MUNICÍPIO DE SINTRA	Largo Dr. Virgílio Horta, 2714 Sintra	-	Actividades de interesse público local, nomeadamente: segurança e ordem pública; educação; saúde; acção social; habitação e serviços colectivos; serviços culturais recreativos e religiosos, indústria e energia; transportes e comunicações; comércio e turismo.	-
SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	Av. Movimento das Forças Armadas, N.º 16 2714-503 Sintra	100,00%	Serviço público de interesse local com autonomia administrativa financeira e técnica. Gestão de sistemas públicos municipais de distribuição de água e de drenagem, tratamento e destino final de águas residuais urbanas abrangendo as de origem doméstica industrial e fluvial.	Simplex agregação
EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação	Edifício Municipal Quinta do Recanto, 2725 - Mem Martins	100,00%	Gestão e Manutenção dos Equipamentos Educativos Públicos no Conselho de Sintra, nos termos e nas condições a definir pela CMS.	Integral
HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação	Av.ª da Aviação Portuguesa, n.º 69, 2710 - Sintra	100,00%	A actividade legalmente cometida ao município de Sintra no domínio da higiene e limpeza pública, nomeadamente no que respeita à recolha de resíduos sólidos urbanos.	Integral
SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. - Sociedade em liquidação	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 2710-720 Sintra	100,00%	Exploração, gestão e promoção de equipamentos colectivos destinados a eventos culturais, artísticos, científicos, sócio-económicos, desportivos, recreativos e de animação turística.	Integral
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M.	Rua Eiras 34, Ed. Messa, 2725-294 Mem Martins	100,00%	Instalação e gestão dos sistemas de estacionamento público urbano pago à superfície no concelho de Sintra, nos termos e condições a definir pela CMS.	Integral

Foram consideradas no perímetro de consolidação os SMAS de Sintra e as Empresas Municipais conforme estipulado no art.º 75.º da lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro.

Nota 2 – Entidades não incluídas na consolidação

De acordo com o artigo mencionado na nota anterior, e tendo em consideração as instruções para o exercício de 2014 do SATAPOCAL, não foram incluídas no perímetro de consolidação, as entidades que constam do mapa seguinte:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO	PRINCIPAL ACTIVIDADE
AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o tratamento de resíduos sólidos	Rua Nova do Zambujal, n.º 9, 1.º, 2735-302 Cacém	n/a	A gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, podendo estas serem realizadas directamente pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.
Sociedade Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.	Parque de Monserrate, 2710-405 Sintra	15,00%	Recuperação, requalificação e revitalização, gestão, exploração e conservação de todas as áreas, designadamente os parques e demais zonas envolventes, que lhes sejam atribuídas.
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (*)	Avenida da Liberdade, 24 1250-144 Lisboa	0,80%	Recolher e tratar as águas residuais provenientes dos Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra e de reabilitar as infra-estruturas do Sistema.
DIGIHEALTH, S.A (Sociedade Gestora Hospital amadora Sintra)	Avenida Infante Santo, 34 - 8.º, Lisboa	6,00%	Prestação de cuidados ao doente, bem como prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da sua zona de influência.
Município, S.A. – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	Tagus Park, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11, 3º, Porto Salvo, Oeiras	0,15%	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica, a produção e comercialização de dados, o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet, a concepção, edição e comercialização de publicações nas áreas da sua actividade social e consultadoria em sistemas de informação geográfica e, em geral de sistemas de informação.

(*) Extinção da Sanest em 2015 - Transferência da participação para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A

Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

No final do exercício de 2015, o número de colaboradores ao serviço do Grupo Município de Sintra foi o seguinte:

ENTIDADE	2015	2014
MUNICÍPIO DE SINTRA	2926	2865
SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	814	776
EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0	0
HPM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0	0
SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0	44
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M.	22	21
TOTAL	3762	3706

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência de normas de consolidação para os planos sectoriais

Embora não existindo normas específicas de consolidação de contas em POCAL, foram utilizadas as normas estipuladas no art.º 5.º da Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, regime transitório, que prevê que *“até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria”*.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Considerando que o método de consolidação utilizada é o integral, adotou-se o previsto na norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, para aplicação do mesmo.

De referir que esta norma para efeitos de eliminação de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF 14 - Concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada ao sistema contabilístico vigente.

Tendo em conta o referido anteriormente, obtivemos as seguintes diferenças de consolidação:

1 – Entre o valor de aquisição das participações, registado no MS à data de 31/12/2010, e o valor de capitais próprios das empresas participadas, na mesma data.

A partir de 31 /12/2010, as eventuais variações de capitais próprios da participada integram os capitais próprios do grupo pelo que as diferenças de consolidação então apuradas não sofrem qualquer alteração.

No caso particular da EDUCA e da HPEM e da Sintra Quorum, não estando ainda concluído o processo de liquidação das mesmas, o resultado das diversas operações de internalização realizadas ao longo deste exercício, no montante de 14.269.236,42 euros, foram desde já reconhecidas pelo Grupo, em fundos próprios, como resultado da internalização. Como consequência, as diferenças de consolidação relativamente a estas entidades são nulas.

(Euros)

ENTIDADE	2015	2014	VARIAÇÃO
SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	-	-	-
EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0,00	0,00	0,00
HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0,00	0,00	0,00
SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0,00	1.840.515,84	-1.840.515,84
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M.	295.752,14	295.752,14	0,00
TOTAL	295.752,14	2.136.267,98	-1.840.515,84

2 – À data de 31 de Dezembro de 2015, alguns saldos entre as empresas do grupo não estavam conciliados, pelo que as diferenças resultantes das operações intra-grupo foram contabilizadas, como diferenças de capitalização, no capital próprio.

(Euros)

ENTIDADE	2015	2014	VARIAÇÃO
SMAS/Município	4.691,33	6.489,64	1.798,31
SMAS/EDUCA	0,00	0,00	0,00
SMAS/SINTRA QUORUM	0,00	738,00	738,00
SMAS/HPEM	-53.871,96	-52.029,42	1.842,54
EDUCA/Município	0,00	-27.493,57	-27.493,57
SINTRA QUORUM/Município	15.470,10	20.018,06	4.547,96
SINTRA QUORUM/HPEM	0,00	0,00	0,00
HPEM/Município	0,00	0,00	0,00
EMES/Município	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-33.710,53	-52.277,29	-18.566,76

Nota 18 – Contabilização das participações financeiras

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

O MS regista como ajustamentos aos seus investimentos financeiros, a diferença entre o valor do investimento e respetiva proporção nos capitais próprios da participada, sempre e só quando este diferencial é negativo.

Relativamente às empresas municipais são ainda constituídas provisões para riscos e encargos pelo maior dos seguintes montantes:

- a) Pela proporção nos capitais próprios negativos da participada, se aplicável;
- b) Pelo montante da transferência a efetuar para a participada, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

IV – Informações relativas a políticas contabilísticas

O Município no exercício de 2011 procedeu à elaboração do manual de consolidação definindo entre outros, o perímetro de consolidação, os métodos de consolidação, homogeneização das operações intra-grupo e princípios contabilísticos e critérios valorimétricos uniformes para todo o Grupo, tendo o Manual sido aprovado pelo executivo em Janeiro de 2012.

De referir no entanto que as divergências de princípios contabilísticos/critérios valorimétricos verificam-se essencialmente ao nível do imobilizado e das provisões para cobranças duvidosas:

- Imobilizado – Município e SMAS utilizam os mesmos critérios valorimétricos. Para as restantes entidades não se justifica os ajustamentos face a uma análise custo benefício;
- Clientes cobrança duvidosa – Município e SMAS utilizam os mesmos critérios valorimétricos. Para as restantes entidades não se justifica os ajustamentos face a uma análise custo benefício.

Nota 23 – Critérios de valorimetria

Imobilizado

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro, o Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o seu património inicial.

Determina o ponto 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do POCAL que, os bens do domínio público que não foi atribuído qualquer valor, assumem o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação assumindo, a partir dessa data, o montante desta.

Os bens que não constam do Balanço Inicial são valorizados e registados tendo por base o valor constante do relatório da Comissão de Avaliação, quando disponível, ou o valor patrimonial tributário.

Assim, os bens de domínio público que não foram objeto de uma grande reparação até 31 de Dezembro de 2015 não integram o património do Município.

Os ativos imobilizados, incluindo os Investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Relativamente às empresas que fazem parte do perímetro de consolidação:

SMAS

Para os bens adquiridos no ano 2001 e seguintes, as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas fixadas na Portaria 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril (CIBE), com exceção dos bens adquiridos que não existem no CIBE, que estão a ser amortizados pelas taxas constantes no Decreto Regulamentar n.º2/90, de 12 de Janeiro.

Para os bens adquiridos antes de 2001, as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas fixadas no Decreto Regulamentar n.º2/90, de 12 de Janeiro.

EMPRESAS MUNICIPAIS

As restantes entidades utilizaram o método das quotas constantes, calculadas por aplicação das taxas máximas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 12 de Setembro.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas empresas municipais com as utilizadas pelo MS.

Os Investimentos Financeiros no MS são registados conforme a nota 18 deste anexo.

Existências

MS e SMAS

As existências de mercadorias e matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL.

O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

As Empresas Municipais não ajustaram as suas provisões tendo por base os critérios definidos no POCAL. Nas Empresas Municipais as dívidas a receber de clientes e outros devedores cuja cobrança seja duvidosa são deduzidas às perdas por imparidade. No processo de consolidação, os saldos das contas de imparidades foram reclassificados e registados como provisões de cobranças duvidosas.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Remunerações a Liquidar

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2015, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2016.

Acréscimos e Diferimentos

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento

As despesas registadas em “Despesas de investigação e de desenvolvimento” dizem respeito, no seu essencial, a projetos e despesas com sistemas informáticos.

Nota 27 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constante do balanço podem ser resumidos como se segue:

Mapa Ativo Bruto

(Euros)						
Contas	Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf./Abates	Saldo Final
De Bens do Domínio Público:						
		273.571.921,37	72.166.614,93	0,00	-59.797,75	345.678.738,55
451000000	Terrenos e Recursos Naturais	17.722.792,85	27.643.024,02	0,00	687.830,00	46.053.646,87
453000000	Outras Construções	245.519.756,26	42.514.443,58	0,00	6.497.859,83	294.532.059,67
459000000	Outros bens domínio público	520.872,38	0,00	0,00	0,00	520.872,38
445110000/445120000	Imobilizações em Curso	9.808.499,88	2.009.147,33	0,00	-7.245.487,58	4.572.159,63
De Imobilizações Incorpóreas:						
		3.147.969,23	48.476,29	0,00	-134.930,64	3.061.514,88
431000000	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432000000	Despesas de investigação e desenvolvimento	2.090.145,17	0,00	0,00	239.012,62	2.329.157,79
433000000	Propriedade Industrial e outros direitos	414.387,72	0,00	0,00	0,00	414.387,72
436000000	Benfeitorias	86.371,67	0,00	0,00	0,00	86.371,67
443000000	Imobilizações em Curso	557.064,67	48.476,29	0,00	-373.943,26	231.597,70
449000000	Adiantamento por conta imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas:						
		689.181.072,24	8.866.577,23	-216.637,11	-80.741.290,72	617.089.721,64
421000000	Terrenos e recursos naturais	210.627.931,08	398.843,37	-39.734,42	-48.005.814,73	162.981.225,30
422000000	Edifícios e outras construções	387.067.194,40	1.226.016,65	-85.293,10	-18.013.634,81	370.194.283,14
423000000	Equipamento básico	45.576.495,35	1.029.952,34	0,00	-1.096.966,09	45.509.481,60
424000000	Equipamento de transporte	8.813.903,83	440.833,92	-30.537,00	-242.985,47	8.981.215,28
425000000	Ferramentas e Utensílios	1.308.220,41	19.668,52	0,00	-37.123,32	1.290.765,61
426000000	Equipamento Administrativo	20.120.783,57	507.751,32	-61.072,59	-1.169.016,68	19.398.445,62
429000000	Outras Imobilizações Corpóreas	2.525.257,25	65.243,00	0,00	-65.788,50	2.524.711,75
442100000/442210000/442220001/442600001	Imobilizações em Curso	13.123.388,14	5.178.268,11	0,00	-12.092.062,91	6.209.593,34
448000000	Adiantamento por conta imobilizações incorpóreas	17.898,21	0,00	0,00	-17.898,21	0,00
De Investimentos Financeiros:						
		79.134.619,70	124.000,00	6.826.653,21	8.591.419,05	94.676.691,96
41110000	Partes Capital	6.059.987,84	0,00	0,00	0,00	6.059.987,84
41200000	Obrig. e Tit. Part.	0,00	0,00	7.828.021,28	0,00	7.828.021,28
De Investimentos em Imóveis:						
414000000	Investimentos em imóveis	73.074.631,86	124.000,00	-1.001.368,07	8.591.419,05	80.788.682,84
441000000	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mapa das Amortizações e Provisões

(Euros)					
Contas	Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De Bens do Domínio Público:		68.699.576,83	12.060.061,67	3.267,38	80.762.905,88
451000000	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
453000000	Outras Construções	68.677.500,81	12.059.639,32	-1.396,16	80.735.743,97
459000000	Outros bens domínio público	22.076,02	422,35	4.663,54	27.161,91
445110000/445120001/445130000	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Incorpóreas:		2.156.436,27	216.665,17	0,00	2.373.101,44
431000000	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432000000	Despesas de investigação e desenvolvimento	1.702.026,74	215.881,84	0,00	1.917.908,58
433000000	Propriedade Industrial e outros direitos	368.037,86	783,33	0,00	368.821,19
436000000	Benfeitorias	86.371,67	0,00	0,00	86.371,67
443000000	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas:		211.685.792,78	11.482.342,36	-8.405.545,88	214.762.589,26
421000000	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422000000	Edifícios e outras construções	142.957.093,46	9.182.175,15	-5.013.630,66	147.125.637,95
423000000	Equipamento básico	39.607.661,47	1.139.135,87	-1.678.820,85	39.067.976,49
424000000	Equipamento de transporte	8.134.802,29	271.415,32	-258.079,50	8.148.138,11
425000000	Ferramentas e Utensílios	1.260.255,86	18.446,49	-37.118,26	1.241.584,09
426000000	Equipamento Administrativo	17.972.594,90	734.083,92	-1.339.247,15	17.367.431,67
429000000	Outras Imobilizações Corpóreas	1.753.384,80	137.085,61	-78.649,46	1.811.820,95
442210000/442220001	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos em Imóveis:		4.559.806,25	564.196,26	1.447.315,63	6.571.318,14
414000000	Investimentos em imóveis	4.559.806,25	564.196,26	1.447.315,63	6.571.318,14

(Euros)					
Contas	Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De Bens do Domínio Público:		56.934.152,42	11.765.443,63	-19,22	68.699.576,83
451000000	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
453000000	Outras Construções	56.912.498,75	11.765.021,28	-19,22	68.677.500,81
459000000	Outros bens domínio público	21.653,67	422,35	0,00	22.076,02
445110000/445120001/445130000	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Incorpóreas:		2.092.718,56	387.587,26	-323.869,55	2.156.436,27
431000000	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432000000	Despesas de investigação e desenvolvimento	1.476.857,89	382.377,80	-157.208,95	1.702.026,74
433000000	Propriedade Industrial e outros direitos	505.030,65	3.493,82	-140.486,61	368.037,86
436000000	Benfeitorias	110.830,02	1.715,64	-26.173,99	86.371,67
443000000	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas:		194.217.380,34	15.022.164,75	2.446.247,69	211.685.792,78
421000000	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422000000	Edifícios e outras construções	126.780.169,13	9.715.143,94	6.461.780,39	142.957.093,46
423000000	Equipamento básico	38.725.009,48	3.978.457,92	-3.095.805,93	39.607.661,47
424000000	Equipamento de transporte	7.819.174,51	349.497,75	-33.869,97	8.134.802,29
425000000	Ferramentas e Utensílios	1.224.421,28	37.370,88	-1.536,30	1.260.255,86
426000000	Equipamento Administrativo	17.998.578,15	795.320,83	-821.304,08	17.972.594,90
429000000	Outras Imobilizações Corpóreas	1.670.027,79	146.373,43	-63.016,42	1.753.384,80
442210000/442220001	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos em Imóveis:		5.037.738,83	582.511,14	-1.060.443,72	4.559.806,25
414000000	Investimentos em imóveis	5.037.738,83	582.511,14	-1.060.443,72	4.559.806,25

Nota 36 – Vendas e prestações de serviços por atividade

(Euros)		
	2015	2014
Venda de mercadorias	19.018.677,75	18.152.250,68
Venda de produtos	0,00	0,00
Prestações de serviços	46.707.429,92	46.267.853,02
Total	65.726.107,67	64.420.103,70

Nota 39 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais das entidades incluídas no perímetro de consolidação

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Sintra e órgãos sociais das empresas municipais totalizaram, no ano de 2015, o valor de 264.448,16 euros.

(Euros)	
ENTIDADE	VALOR
MS -Município de Sintra	224.640,76
SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0,00
EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0,00
HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação	0,00
SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.M. - Sociedade em liquidação	0,00
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M.	39.807,40
TOTAL	264.448,16

Nota 44 – Demonstração dos resultados financeiros

		(Euros)	
Códigos das contas POCAL		Exercícios	
		2015	2014
	Custos e Perdas Financeiros		
681	Juros suportados	703.273,92	1.547.658,33
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	530.884,22	582.511,14
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,13	0,00
687	Perdas alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	57.766,08	51.617,78
	Resultados Financeiros	5.663.696,40	4.612.746,14
	Total	6.955.620,75	6.794.533,39
	Proveitos e Ganhos Financeiros		
781	Juros obtidos	996.984,33	982.505,26
782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
783	Rendimentos de imóveis	5.901.195,62	5.681.532,90
784	Rendimentos de participações capital	48.427,28	86.856,66
785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	8.449,93	4.470,23
787	Ganhos alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	563,59	39.168,34
	Total	6.955.620,75	6.794.533,39

Nota 45 – Demonstração dos resultados extraordinários

(Euros)

Códigos das contas POCAL		Exercícios	
		2015	2014
	Custos e Perdas Extraordinários		
691	Transferências capital concedidas	1.343.777,58	1.694.807,14
692	Dívidas incobráveis	7.578,59	72.429,49
693	Perdas em existências	11.563,53	6.485,40
694	Perdas em imobilizado	75.370,94	46.126,31
695	Multas e penalidades	17.381,01	9.236,22
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.234.784,08	1.920.601,59
698	Outros custos e perdas extraordinários	147.302,91	377.239,31
	Resultados Extraordinários	5.351.064,42	4.414.560,09
	Total	8.188.823,06	8.541.485,55
	Proveitos e Ganhos Extraordinários		
791	Restituição de impostos	0,00	0,00
792	Recuperação de dívidas	43.520,58	0,00
793	Ganhos em existências	56.294,96	41.288,32
794	Ganhos em imobilizado	714.765,11	159.928,83
795	Benefícios penalidades contratuais	34.805,37	16.350,77
796	Reduções de amortizações e provisões	2.913.913,66	2.694.559,94
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	699.354,19	1.233.958,77
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.726.169,19	4.395.398,92
	Total	8.188.823,06	8.541.485,55

Nota 46 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

(Euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Regularização /Utilização	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para cobranças duvidosas	35.903.565,90	1.533.193,04	1.257.565,60	-604.736,03	35.574.457,31
Provisões para riscos e encargos	435.349,78	111.151,14	94.714,50	137.406,69	589.193,11
Provisões para riscos e encargos processos judiciais em curso	16.859.408,61	5.701.766,65	1.842.796,73	-135.212,00	20.583.166,53
Provisões para riscos e encargos acidentes de trabalho e doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para riscos e encargos juros de mora	1.280.845,95	200.647,13	0,00	0,00	1.481.493,08
Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para investimentos financeiros	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Total	54.484.170,24	7.546.757,96	3.195.076,83	-602.541,34	58.233.310,03

Nota 47 – Bens utilizados em regime de locação financeira e ou operacional

(Euros)

Designação dos Bens	Valor em dívida
Locação Financeira	0,00
	0,00
Locação Operacional	11.923,00
Equipamento administrativo	3.501,00
Equipamento transporte	8.422,00
	11.923,00

Nota 49 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

(Euros)

Código/Designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio e longo prazo					Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocos	Grupo Público Consolidado
	Designação do Município	Designação do Serviço Municipalizado	Designação da empresa Municipal		TOTAL		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
2312 - Empréstimos de Médio e Longo Prazo	Município de Sintra				26.949.891,70		26.949.891,70
268 - Outros Credores	Município de Sintra				5.591.443,28		
Total					26.949.891,70	0,00	26.949.891,70

Mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza

Código / Designação das contas a)	Dívidas a terceiros b)							Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo autárquico consolidado
	Município de Sintra	Educa	HPem	Sintra Quorum	EMES	SMAS	TOTAL		
1	2	3	4	5	6	7	8=2+3+4+5+6+7	9	10
Dívida média/ longo prazo (*)									
Empréstimos bancários	26.949.891,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.949.891,70	0,00	26.949.891,70
Outros credores	5.723.332,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.723.332,76	-131.889,48	5.591.443,28
								0,00	
Dívida de curto prazo (*)									
Empréstimos bancários	6.326.854,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.326.854,76	0,00	6.326.854,76
Fornecedores C/C	1.393.647,77	80.947,45	1.430.953,70	118.797,27	37.550,03	1.905.933,87	4.967.830,09	-37.503,44	4.930.326,65
Outros credores	6.014.872,74	865.431,80	2.729.716,16	691.287,61	30.080,21	978.524,44	11.309.912,96	-9.189.136,07	2.120.776,89
							0,00	0,00	0,00
Total	46.408.599,73	946.379,25	4.160.669,86	810.084,88	67.630,24	2.884.458,31	55.277.822,27	-9.358.528,99	45.919.293,28

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas à dívida a terceiros - de curto e de médio / longo prazo

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

(*) as dívidas englobam as operações não orçamentais

Mapa de saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo

(Euros)										
MS/EDUCA										
	MS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					EDUCA - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais					0,00					0,00
Participações do Capital					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos		-137.268,81		137.268,81	0,00		137.268,81	-137.268,81		0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	-137.268,81	0,00	137.268,81	0,00	0,00	137.268,81	-137.268,81	0,00	0,00

(Euros)										
MS/SMAS										
	MS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					SMAS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências		-1.676.635,01		1.676.635,01	0,00		1.676.635,01	-1.676.635,01		0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais	-59.126,42	-726.970,35	-224.497,30	913.688,37	-96.905,70	61.553,40	957.359,98	-913.688,37	1.140,00	106.365,01
Distribuição de resultados					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos		-214.956,82		214.956,82	0,00		214.956,82	-214.956,82		0,00
Operações Intern. (O)	-1.719.315,96			793.713,24	-925.602,72	-293.046,62	221.547,44		71.499,18	0,00
Operações Intern. (D)	297.109,28	-4.062,66	-293.046,62		0,00	1.719.315,96	0,00	-793.713,24		925.602,72
TOTAL	-1.481.333,10	-2.622.624,84	-517.543,92	3.598.993,44	-1.022.508,42	1.487.822,74	3.070.499,25	-3.598.993,44	72.639,18	1.031.967,73

(Euros)										
MS/SQUORUM										
	MS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					S.QUORUM - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais		-3.098,86		3.098,86	0,00	40.560,67	-21.991,71	-3.098,86		15.470,10
Participações do Capital					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos		-902.421,51		902.421,51	0,00		902.421,51	-902.421,51		0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	-905.520,37	0,00	905.520,37	0,00	40.560,67	880.429,80	-905.520,37	0,00	15.470,10

(Euros)										
SMAS/EMES										
	SMAS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					EMES - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais		-5.858,27	-1.341,73	7.200,00	0,00		5.858,27	-5.858,27		0,00
Participações do Capital					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	-5.858,27	-1.341,73	7.200,00	0,00	0,00	5.858,27	-5.858,27	0,00	0,00

(Euros)										
SMAS/Sintra Quorum										
	SMAS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					S.QUORUM - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais	0,00	16.360,44	0,00		16.360,44	0,00	-17.471,47		0,00	-17.471,47
Participações do Capital					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	16.360,44	0,00	0,00	16.360,44	0,00	-17.471,47	0,00	0,00	-17.471,47

(Euros)										
SMAS/HPEM										
	SMAS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					HPEM - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais					0,00					0,00
Participações do Capital					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos					0,00					0,00
Outros	-1.054,91	113.197,40			112.142,49	656,20	-166.670,65			-166.014,45
TOTAL	-1.054,91	113.197,40	0,00	0,00	112.142,49	656,20	-166.670,65	0,00	0,00	-166.014,45

(Euros)										
MS/EMES										
	MS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos					EMES - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos				
Tipos de fluxos	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações /Direitos	Recebimentos do Exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Relações comerciais	18.837,12	5.546,67	-5.546,67		18.837,12	-18.837,12	-5.546,67		5.546,67	-18.837,12
Participações do Capital					0,00					0,00
Coberturas de Prejuízos					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	18.837,12	5.546,67	-5.546,67	0,00	18.837,12	-18.837,12	-5.546,67	0,00	5.546,67	-18.837,12

VIII – Outras informações

1. No exercício de 2015 a consolidação de contas do Grupo Município de Sintra não apresenta na sua globalidade critérios contabilísticos homogéneos, tal como refere a portaria n.º 474/2010. Simultaneamente alguns saldos das operações intra-grupo encontram-se por reconciliar. No entanto, conforme referido no ponto IV – Informações relativas a políticas contabilísticas - é convicção do Município que, desta situação não resulta divergências materialmente relevantes relativamente às demonstrações financeiras consolidadas apresentadas.
2. Como já foi referido anteriormente foi aprovada a dissolução e liquidação das empresas municipais EDUCA, E.E.M. e HPEM, E.E.M., e posteriormente a partir de 1 de Janeiro de 2015 a da SINTRA QUORUM E.E.M.
 - No caso específico da Sintra Quorum E.E.M, a atividade do MASMO já havia sido internalizada em 2014, enquanto as restantes atividades apenas foram internalizadas em 2015.No caso da EPRPS – Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, apenas em outubro de 2015 é que o Município passou a realizar diretamente a sua exploração, ao abrigo da alteração do regime jurídico das autarquias locais que, a partir de julho de 2015, inclui enquanto competências dos Municípios a promoção do ensino e formação profissional. As especificidades das atividades desenvolvidas por esta entidade, ao nível da exploração do Centro Cultural Olga Cadaval ditaram que, durante o 1.º semestre de 2015, as mesmas continuassem sob a gestão da empresa.
3. O processo de liquidação HPEM, EDUCA e Sintra Quorum não está concluído. No caso da HPEM, E.E.M., e EDUCA, E.E.M., e no âmbito das propostas n.º 367 – P/2015 e n.º 461 – P/2015, foi aprovado respetivamente a 11 de maio e a 9 de junho a prorrogação da liquidação das mesmas pelo prazo máximo de um ano.
Entretanto, a 8 março de 2016 foi igualmente aprovada a prorrogação pelo prazo de 1 ano a liquidação da SINTRA QUORUM, EEM.
4. O resultado das diversas operações de internalização realizadas ao longo deste exercício, foram desde já reconhecidas pelo Grupo em fundos próprios, como resultado de internalização, conforme explicado no ponto 10 deste anexo.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE





Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas consolidadas do Município de Sintra, do exercício de 2015, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas *consolidadas* ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;



- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Município de Sintra, 5 de abril de 2016.

Os responsáveis subscritores:

O Presidente

(Basílio Horta)

A Vereadora do Pelouro Financeiro

(Piedade Mendes)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 856.281.406 euros e um total de fundos próprios de 709.302.931 euros, incluindo um resultado líquido de 28.821.653 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.



3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e, quando aplicável, da aplicação do método da equivalência patrimonial;

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
1. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e a execução orçamental consolidada relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, referimos que:



9.1 No final do exercício de 2001, com vista a adoção a partir de 01 de Janeiro de 2002 do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro (POCAL), o Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o património inicial. Nos termos do estipulado nos pontos 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do citado diploma, aos bens de domínio público não foi atribuído qualquer valor. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2015, os bens de domínio público, já existentes à data de 31 de Dezembro de 2001 e que não foram objecto de qualquer investimento ou grande reparação, não integram o património do Município.

9.2 No final do exercício de 2014, nos termos da acção administrativa intentada, a ALVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A.) reclama uma dívida aos serviços municipalizados da CMS no total de 1.845.278 euros. A este montante acresce o valor de 868.984 euros de juros de mora, decorridos até 21 de Maio de 2009, nos termos da ação administrativa intentada.

Por outro lado, a CMS, através dos seus serviços municipalizados, nos termos da ação administrativa por sua vez intentada, reclamam da ALVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo o pagamento do montante de 1.564.420 euros, acrescido de juros de mora, no montante de 375.804 euros, como ressarcimento de prejuízos causados por aquela entidade em virtude da não correção de IVA indevidamente liquidado, no período de Julho de 2000 a Abril de 2003, no âmbito do contrato de recolha de efluentes.

Conforme referido no relatório de gestão, nas demonstrações financeiras dos SMAS de Sintra não estão evidenciados quaisquer daqueles montantes reclamados, não estando igualmente aqueles montantes refletidos nas contas consolidadas.



9.3 Até ao final de 2013, a CMS, no âmbito dos diversos contratos programa, efetuou regularmente transferências para as empresas municipais incluídas no perímetro de consolidação. A Administração Fiscal, pode interpretar que estas operações, direta ou indiretamente, induzem ao consumo e, nesse caso, entender que haveria lugar à liquidação de IVA, aquando do recebimento das verbas, contrariando o procedimento até agora adotado; face à liquidação em curso das empresas municipais HPEM, EDUCA e Sintra Quorum, essa responsabilidade poderá ser imputada à CMS.

Lisboa, 6 de abril de 2016

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Câmara Municipal de Sintra

RELATÓRIO E PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

(Contas Consolidadas – Exercício de 2015)

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Largo Dr. Virgílio Horta
2714-501 Sintra

***AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA &
ASSOCIADOS - SROC***
Rua da Artilharia Um, nº104, 4º Esq.
1099-053 Lisboa

ÂMBITO DO TRABALHO

Ex.mos. Senhores.

Por proposta do executivo da Câmara Municipal de Sintra (doravante “CMS”), e por aprovação da Assembleia Municipal datada de 18 de Junho de 2015, foi a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – SROC nomeada para a realização da auditoria às contas do Município de Sintra, relativos ao exercício de 2015.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da alínea e) do n.º 2. do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Câmara Municipal de Sintra, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 856.281.406 euros e um total de fundos próprios de 709.302.931 euros, incluindo um resultado líquido de 28.821.653 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

ACESSO À INFORMAÇÃO

O nosso trabalho teve por base a informação contabilístico-financeira produzida pelo Município, bem como, toda a informação resultante das diversas reuniões tidas com os serviços.

FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, tendo em consideração o referido no ponto 2- Internalização das empresas municipais do presente relatório, são comparáveis com as do exercício anterior.

RESPONSABILIDADES

A obrigatoriedade de preparar demonstrações financeiras consolidadas decorre do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).



Nos termos do artigo 5.º da Portaria 474/2010, de 01 de Julho, e até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, na elaboração das contas consolidadas devem ser observados os princípios de consolidação estabelecidos na orientação n.º 1/2010, que faz parte integrante da referida portaria.

É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Em reunião de 5 de abril de 2016, o Executivo Camarário deliberou a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2015 sobre os quais agora nos pronunciamos.

Deliberou ainda, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

NORMATIVO (POCAL)

O Município elaborou as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais.

TRABALHO DESENVOLVIDO

A nossa revisão foi efetuada de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos:

1. Identificação das empresas a incluir na consolidação, bem como a determinação dos interesses da empresa-mãe nas filiais e associadas;



2. Análise do trabalho desenvolvido pela CMS, no que concerne à adoção uniforme de critérios valorimétricos entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação;
3. A harmonização dos princípios e políticas contabilísticas, dos critérios valorimétricos e da estrutura da apresentação das demonstrações financeiras;
4. Verificação de que as transações entre as empresas do conjunto estão adequadamente identificadas e que os saldos das contas entre as empresas do conjunto foram conciliados e, se necessário, ajustados;
5. Acompanhamento do processo de internalização das empresas municipais em liquidação, conforme aprovado pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra, em Fevereiro de 2015;
6. Análise do método de consolidação adotado para cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
7. Verificação e análise da determinação das diferenças de consolidação e dos interesses minoritários;
8. Análise da opinião expressa pelo revisor oficial de contas relativamente a cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
9. Verificação da conformidade do relatório de gestão consolidado com o balanço consolidado, demonstração de resultados por naturezas consolidados e respetivos Anexos;

LIMITAÇÕES DE ÂMBITO

O trabalho desenvolvido não esteve sujeito a qualquer restrição e / ou limitação de âmbito.

AC/PS



SÍNTESE DE AUDITORIA

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Activo	31-12-2014	31-12-2015	Fundos Próprios e Passivo	31-12-2014	31-12-2015
Imobilizado Incorpóreo	2.590.904	2.829.916	Fundos Próprios		
Imobilizado Corpóreo	676.057.684	610.880.128	Património	343.446.125	274.763.059
Bens de Domínio Público	263.763.421	341.106.579	Reservas Legais	14.248.939	15.473.246
Imobilizado em Curso	23.488.953	11.013.351	Doações	34.524.921	34.870.921
Amortizações Acumuladas	(287.101.612)	(304.469.915)	Cedências	0	69.673.317
Imobilizado Financeiro	79.135.153	94.677.840	Integração Património Cacém Polis	16.656.799	16.656.799
Provisões Investimento Financeiro	(5.000)	(5.000)	Internalização Emp. Municipais	23.882.576	14.331.728
Existências	2.372.568	2.371.413	Diferenças de consolidação	-2.083.991	-262.042
Dívidas de Terceiros	13.215.896	11.187.008	Resultados Transitados	227.116.450	254.974.249
Títulos negociáveis	0	0	Resultado Líquido	18.471.743	28.821.653
Depósitos em Instituições Bancárias	65.728.143	77.689.678	Total Fundos Próprios	676.263.562	709.302.931
Acréscimos e Diferimentos Activos	11.371.529	9.000.408	Passivo		
Total Activo	850.617.639	856.281.406	Provisões para Riscos e Encargos	18.575.604	22.653.854
			Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
			Empréstimos a Médio e Longo Prazo	58.958.976	26.949.892
			Outros Credores Médio e Longo Prazo	0	5.591.443
			Dívidas a terceiros - Curto Prazo:		
			Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	20.740.883	17.437.416
			Acréscimos e Diferimentos Passivos	76.078.614	74.345.871
			Total Passivo	174.354.077	146.978.475
			Total Fundos Próprios e Passivo	850.617.639	856.281.406

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Descrição	31-12-2014	31-12-2015
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
CMVMC	14.844.428	15.059.219	Vendas e Prestação de Serviços	64.420.104	65.726.108
Fornecimentos e Serviços Externos	62.082.755	61.970.026	Impostos e Taxas	87.773.163	92.115.359
Variação de Produção	0	0	Variação de Produção	0	
Custos com Pessoal	63.461.150	63.894.077	Trabalhos para a própria entidade	643.443	751.173
Transferências e Subsídios Correntes	14.686.289	15.169.497	Proveitos Suplementares	14.485	2.148
Amortizações do Exercício	24.553.008	23.343.979	Transferências e Subsídios	47.805.629	46.863.159
Provisões do Exercício	10.623.686	7.473.544	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	903.043	780.188
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.798.802	1.477.374			
Custos e Perdas Operacionais	192.050.118	188.387.716	Proveitos e Ganhos Operacionais	201.559.867	206.238.135
Custos e Perdas Financeiros	2.181.787	1.291.924	Proveitos e Ganhos Financeiros	6.794.533	6.955.621
Custos e Perdas Correntes	194.231.905	189.679.640	Proveitos e Ganhos Correntes	208.354.400	213.193.756
Custos e Perdas Extraordinários	4.126.925	2.837.759	Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.541.485	8.188.823
Imposto s/ rendimento	65.312	43.527	Proveitos Totais	216.895.885	221.382.579
Custos e Perdas do Exercício	198.424.142	192.560.926			
Resultados Operacionais	9.509.749	17.850.419			
Resultados Financeiros	4.612.746	5.663.697			
Resultados Correntes	14.122.495	23.514.116			
Resultado antes de impostos	18.537.055	28.865.180			
Resultado Líquido do Exercício	18.471.743	28.821.653			



2. INTERNALIZAÇÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

Em Fevereiro de 2014, o Executivo Camarário e a Assembleia Municipal da CMS, aprovaram a dissolução e liquidação das empresas municipais Educa, e HPEM bem como o “Plano de Internalização” de todas as atividades desenvolvidas por estas empresas. Neste contexto, foram mandatados os respetivos Conselhos de Administração para deliberar a dissolução e dar início ao processo de liquidação, indicando a respetiva comissão liquidatária, o que ocorreu em 2015.

No essencial, no decorrer do 1º semestre de 2014, a atividade anteriormente desenvolvida pela Educa, nomeadamente, gestão de escolas, refeitórios, complexos desportivos e transportes escolares e a atividade de limpeza urbana, anteriormente desempenhada pela HPEM, passaram a ser parte integrante da atividade do Município.

Relativamente à Sintra Quorum, foi deliberada a sua dissolução tendo sido nomeada a respetiva comissão liquidatária. A internalização da atividade desta entidade, teve o seu início em Janeiro de 2015, com a internalização da atividade CCOC – Centro Cultural Olga Cadaval. Em Setembro de 2015, foi internalizada a atividade da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.

O processo de liquidação HPEM e EDUCA e Sintra Quorum não está concluído. No entanto, o resultado das diversas operações de internalização foram já reconhecidas pelo Grupo, em fundos próprios, como resultado de internalização. Como consequência, as diferenças de consolidação relativamente a estas entidades são nulas.

Assim, no final do exercício de 2015, o resultado global da internalização em curso, registado na rubrica de fundos próprios, incluindo a transferência de ativos da AMES – Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES), liquidada em 2014, é positivo, no montante de 14.331.728 euros.

3. SÚMULA DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

ESTRUTURA DO ATIVO

3.1 – ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido na nota 1 do ABDR, integram o perímetro de consolidação as empresas identificadas no quadro seguinte, dando cumprimento ao estipulado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais:

Entidade	Valor do investimento	% participação	Método de Consolidação	Observações
SMAS - Serv. Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0	100%	Agregação	
Educa-Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M.	0	100%	Integral	Em liquidação
HPEM – Higiene Pública, E.E.M.	0	100%	Integral	Em liquidação
Sintraquorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M	0	100%	Integral	Em liquidação
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M	677.060	100%	Integral	

As empresas EDUCA, HPEM e SINTRA QUORUM conforme mencionado no ponto 2. do presente relatório, encontram-se em processo de liquidação dando assim cumprimento ao aprovado, em Fevereiro de 2014, pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra.

3.2 – ENTIDADES NÃO INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No quadro seguinte apresentamos o conjunto das participações financeiras do Município não incluídas no perímetro de consolidação.

Entidade	Valor investimento	% participação	Provisão
AMTRES - Associação dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ o Tratamento de Resíduos Sólidos	2.945.577	Não aplicável	0
Parques de Sintra - Monte da Lua, SA	1.755.000	15%	0
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (Ex-SANEST)	1.347.500	0,80%	0
José de Mello Saude - Sociedade Gestora de Participações de Capital - Hospital Amadora Sintra	5.000	6%	5.000
Municipia, E.M., SA	6.911	0,15%	0
Total	6.059.988		5.000

As participações financeiras cuja percentagem de capital detida seja inferior a 20% são valorizadas pela CMS ao valor de aquisição.

Nos termos da “Nota Explicativa – Consolidação de Contas pelos Municípios”, as entidades intermunicipais e associativas municipais “são entidades mãe ou consolidantes pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município”, razão pela qual a participação na AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos não foi objeto de consolidação.

3.3 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o “Manual de Consolidação da Câmara Municipal de Sintra”, documento no qual são identificadas as entidades que integram o perímetro de consolidação, os métodos de consolidação, homogeneização das operações intragrupo e ainda critérios valorimétricos e princípios contabilísticos uniformes para todo o grupo, com as exceções referidos no ponto VIII da ABDR, embora de valores considerados imateriais.

Neste exercício, apesar dos esforços desenvolvidos, os registos contabilísticos, entre as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação, ainda não são totalmente coincidentes. Como consequência, no final do exercício de 2015, as divergências apuradas, no montante de 33.710 euros foram registados como diferenças de consolidação, nos capitais próprios consolidados.

No quadro seguinte apresentamos as diferenças de consolidação apuradas para cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação, conforme referido na nota 10 do ABDR:

Entidade	2014	2015	Variação
SMAS - Serv. Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0	0	0
Educa-Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M.	0	0	Em liquidação
HPEM – Higiene Pública, E.E.M.	0	0	Em liquidação
Sintraquorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M	1.840.516	0	Em liquidação
EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M	295.752	295.752	0
Sub-total	2.136.268	295.752	0
Diferenças consolidação resultante de não conciliação dos saldos/movimentos intra-grupo	-52.277	-33.710	18.567
TOTAL	2.083.991	262.042	18.567

As diferenças de consolidação, no montante de 295.752 euros, correspondem ao diferencial entre os capitais próprios da participada, no final do exercício de 2010, e o respetivo valor de aquisição.

A partir desta data as eventuais variações de capitais próprios da participada integram os capitais próprios do grupo pelo que as diferenças de consolidação então apuradas não sofrem qualquer alteração.

Conforme referido no ponto 2 do presente relatório, em resultado do processo de liquidação em curso e da consequente transferência de ativos e passivos das empresas EDUCA e HPEM e Sintra Quorum, as diferenças de consolidação destas entidades em 31 de Dezembro de 2015, são nulas.

3.3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

O relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e complementa-as adequadamente.

3.5. NOTA FINAL

CONCLUSÃO GLOBAL

Face ao exposto, atendendo ao referido na Certificação Legal das Contas, somos de opinião que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados Consolidada, o Mapas de Fluxos de Caixa Consolidado e os correspondentes Anexos da CMS, referentes ao exercício de 2015, merecem aprovação.

Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Executivo Camarário e Serviços do Município e estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer eventual dúvida.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 6 de abril de 2016



Amável Alberto Freixo Calhau